

Reflexões coletivas pós-eleitorais e um pouco mais além

Tomando como referência as últimas 4 eleições (2003 – 2018) usando os dados oficiais do TSJE pode-se observar que:

O comparecimento dos eleitores mantinha-se em uma tendência ascendente e caiu significativamente (em cerca de 7 pontos percentuais) nas últimas eleições.

2003 – 64,29%

2008- 65,48%

2013- 68,52%

2018- 61,40

Os votos brancos e nulos aumentaram em percentagem nas sucessivas eleições gerais e diminuíram ligeiramente nestas últimas.

Votos brancos e nulos

2003- VB- 22977 – 1,49% VN- 24015 – 1,55% Total – 3,04

2008- VB- 38485 – 2,05% VN- 27818 – 1,48% Total – 3,53%

2013- VB- 72066 – 2,99% VN- 59637 – 2,48% Total – 5,47%

2018- VB- 62052 – 2,3% VN- 71821 – 2,7 Total – 5%

A margem de vitória entre o dupla presidencial vencedor e o próximo mais votado está diminuindo. Ainda não temos resultados oficiais, mas até agora, esta seria a eleição geral em que a ANR venceria com a distância mais curta em relação ao seu adversário direto, Alianza Ganar.

Margem entre a dupla presidencial vencedora e a segunda mais votada

2003 – ANR 13,19%

2008- APC 10%

2013 – ANR 8%

2018 – ANR 4%

Uma primeira aproximação destes dados pode mostrar que o desgaste da ANR, embora lento e não muito linear, é um fato e em 2023 poderia ser derrotado. A cidadania que não vota é fundamental, é a cidadania que pode fazer a diferença. Seria necessário aprofundar as características e a composição destes eleitores que não exercem o direito de voto, muito provavelmente jovens, tendo em conta a proporção de jovens na população do nosso país.

Outras complexidades não quantitativas a serem discutidas são: a fraude eleitoral, a falta de protagonismo das mulheres (entre 9 candidatos, nenhum candidato à presidência ou vice-presidência), o aparente desinteresse na participação eleitoral das novas gerações, o financiamento de campanhas que têm um impacto direto nos resultados, a manipulação da informação midiática, a dinâmica territorial nas regiões de soja, tráfico de drogas, pecuária, etc., a situação política e econômica regional, a cultura política stronista que nunca saiu, entre outros fatores.

Por outro lado, os partidos do espectro progressivo passaram de 10 cadeiras (6 Frente Guasu e 4 Avanza País) para 6 cadeiras (Frente Guasu). É surpreendente que não haja representantes destes partidos na Câmara dos Deputados. Por outro lado, partidos conservadores novos e antigos, como Hagamos, PPQ, PEN e outros, emergem e se fortalecem no cenário político. Com 13 Governadores coloridos e nenhum deputado desses partidos progressistas nos territórios, haverá um importante retrocesso para os setores populares.

E mais além do eleitoral?

Olhando para as cartas em todos os níveis, talvez o grande debate pós-eleitoral, de uma perspectiva de esquerda, fosse a necessidade de construir um projeto político capaz de disputar e transformar o poder político.

Uma das linhas deste projeto estratégico poderia ser desenvolver a alternativa agroecológica no Paraguai.

Para isso, precisaríamos construir uma plataforma política na qual os movimentos camponeses, partidos políticos progressistas e organizações sociais possam se articular, a partir da qual a construção de uma nova correlação de forças e um projeto contra-hegemônico possam ser estrategicamente pensados.

Uma condição fundamental de origem para tal projecto é o reconhecimento da matriz patriarcal do actual modelo económico produtivo predominante, no qual se exerce uma relação hierárquica de dominação entre homem, mulher e natureza. Começar por reconhecer que, em nossa história de conquista e colonização, a acumulação original da classe privilegiada se deu através da expropriação de terras e da exploração de mulheres indígenas, e que, ao longo dos séculos, o trabalho e o conhecimento das mulheres rurais se tornaram invisíveis para a criação e recriação da vida.

Esta plataforma política poderia trabalhar desde os comitês de base, distritos até o nível nacional, a recuperação de nossas terras para a agroecologia, as adquiridas ilegalmente, as terras que os camponeses e os povos indígenas arrendam desnecessariamente a estrangeiros.

Estratégias poderiam ser implementadas para desalojar cultivos que invadem ilegalmente as faixas de floresta que protegem os cursos de água e culturas que não respeitam as distâncias estabelecidas ao redor das áreas urbanas, incluindo escolas e comunidades vizinhas.

Em articulação com os Municípios se poderia conseguir que nos planos de ordenamento territorial não se encaixassem mais monoculturas nem veneno, como fez o distrito de La Pastora em Caaguazú.

Os jovens e as mulheres poderiam formar uma grande rede de formadores populares em agroecologia para formar e acompanhar as comunidades camponesas.

Por outro lado, trabalhar nas cidades o consumo responsável de produtos agroecológicos, multiplicar as feiras em todos os bairros, fortalecer o mercado justo desses produtos.

Para além do desespero e da frustração, a luta continua e não há tempo a perder.

Original: <http://ea.com.py/>